em pauta

Infância Amazônida: Indicadores sociais sobre as condições de vida e situação de violência

Amazonian Childhood: Social Indicators on Living Conditions and Violence Situations

Cássia Danielle Guimarães Castro*
Amanda Cristina Ribeiro da Costa**

ARTIGO
https:/doi.org/10.12957/rep.2025.94178

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa *A realidade de crianças e adolescentes na região Amazônica: Percepções e indicadores sociais sobre as condições de vida e situação de violência*. Com este artigo, objetiva-se evidenciar, através da análise de indicadores sociais recentes, as condições de vida e situação de violência em que as crianças e adolescentes amazônidas têm vivido na conjuntura atual. Através dos dados analisados, constata-se que a Amazônia é a região brasileira com os mais altos índices de violações de direitos voltadas à infância e adolescência. Diante desse cenário, ressalta-se a urgência na formulação e implementação de políticas sociais que considerem a heterogeneidade do território, sua história, identidade e particularidades.

Palavras-chave: Amazônia; Infância; Direitos fundamentais.

ABSTRACT

This article presents the partial results of the research "The reality of children and adolescents in the Amazon region: Perceptions and social indicators about living conditions and situations of violence". This article aims to highlight, through the analysis of recent social indicators, the living conditions and situations of violence in which Amazonian children and adolescents have been living in the current situation. Through the data analyzed, it appears that the Amazon is the Brazilian region with the highest rates of rights violations aimed at children and adolescence. Given this scenario, the urgency in formulating and implementing social policies that consider the heterogeneity of the territory, its history, identity and particularities is highlighted.

Keywords: Amazon; Infancy; Fundamental rights.

*Universidade Federal do Pará, Belém - PA, Brasil. E-mail: cassiadaniellec@gmail.com.

**Universidade Federal do Pará, Belém - PA, Brasil. E-mail:amandacostaufpa@gmail.com.

Como citar: CASTRO, C. D. G.; COSTA, A. C. da. Infância Amazônida: Indicadores sociais sobre as condições de vida e situação de violência. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 60, pp. 144-158, set./dez., 2025. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2025.94178.

Recebido em: 04 de fevereiro de 2025.

Aprovado para publicação em: 03 de julho de 2025.

Responsável pela aprovação final: Silene de Moraes Freire

© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

No Brasil, assim como em outros países, estudos concentrados na infância despontam especialmente na década de 1980. Essas pesquisas têm levado em consideração as expressões da questão social que permeiam o cotidiano das crianças e suas famílias, a situação de vivência em rua, acolhimento institucional e outros contextos de desenvolvimento (Abramowics; Oliveira, 2010), expressões e contextos que vão diferenciar o modo que a infância é experienciada (Prout, 2010). Nesse viés, a infância configura-se como categoria socialmente e historicamente construída, ultrapassando o entendimento de transição para a vida adulta, caracterizando-se pela coexistência de múltiplas vivências da infância, que, segundo autores como Sarmento (2008) e Andrade (2021), em uma perspectiva de totalidade, expressam a heterogeneidade de classe, idade, gênero, etnia, dentre outras mediações importantes do real.

Neste trabalho, optou-se por utilizar o termo infância no singular, sem, contudo, deixar de reconhecer a pluralidade de representações que este constructo possui, considerando-a como categoria conceitual concretizada por relações sociais que denotam formas de consciência, mediações e expressões de sujeitos vivos, no tempo e no espaço (Bannerji, 2022). Além disso, usar a categoria "infância" em vez de "infâncias" parte de uma perspectiva teórica crítica que preza pela análise do real a partir da unidade na diversidade como definição do concreto (Marx, 2011), ou seja, apreender o fenômeno de maneira articulada às dimensões políticas, econômicas culturais e sociais, sem fragmentação e pulverização das análises, permitindo compreender a infância como síntese de múltiplas determinações.

Com relação às produções científicas sobre infância aqui no Brasil e que trazem uma perspectiva crítica sobre a infância e a criança em seu bojo, vale revisitar na década de 1990, o estudo de Martins (1993) *Regimar e seus amigos – a criança na luta pela terra e pela vida* que se inicia com uma análise dos estudos sociológicos realizados até então, que silenciam mulheres, crianças, pessoas idosas e outros segmentos historicamente excluídos. Neste trabalho, Martins (1993) entrevista duas centenas de crianças em processo de migração e luta pela terra no Mato Grosso e Maranhão, garantindo-lhes voz como mostra o trecho a seguir "falo da fala das crianças, que por meio dela me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto) nas remotas regiões das frentes de ocupação do território, em distantes pontos da Amazônia" (Martins, 1993, p. 120).

Neste caminho, os estudos sobre infância no Brasil, pautados na Sociologia da Infância, anteriores à primeira década dos anos 2000, apontam as condições precárias de reprodução social, a história das políticas de atendimento às mesmas no país e sua condição de "adulto em miniatura", sujeitos passivos nas pesquisas realizadas sobre eles e não com eles, e escassas discussões sobre a construção cultural, memórias, práticas e as criações que envolvem a infância e a realidade brasileira na qual estão inseridas (Quinteiro, 2002).

Considerando esse pressuposto, compreende-se que crianças e adolescentes merecem ser compreendidas a partir da realidade social em que vivem, considerando que os aspectos dos contextos sociais nos quais estão inseridos incidirão em impactos contundentes ao seu desenvolvimento presente e futuro, bem como nas suas relações sociais. Assim, na busca por compreender e conhecer a realidade de crianças e adolescentes amazônidas, o presente artigo, fruto do primeiro ano da pesquisa quanti-qualitativa de caráter exploratório, intitulada *A realidade de crianças e adolescentes na região Amazônica: Percepções e indicadores sociais sobre as condições de vida e situação de violência*, tem como objetivo evidenciar, à luz de uma perspectiva de totalidade histórica e com base na teoria social crítica, as condições de vida e situação de violência em que as crianças e adolescentes amazônidas têm vivido na conjuntura atual. Para tanto, adota-se análises assentadas no materialismo histórico e dialético, partindo da apreensão do fenômeno estudado a partir da historicidade e das contradições que o constituem. Além disso, parte-se dos constructos da Sociologia da Infância, em sua abordagem crítica, considerando aspectos dos seus modos de vida, compreendendo-as como sujeito histórico e social, criadoras e pertencentes a uma cultura e com voz ativa na sociedade (Sarmento, 2008).

Dessa forma, este trabalho, conta com uma única seção de desenvolvimento, a qual tem o intuito de tecer discussões sobre elementos sócio-históricos da Amazônia legal brasileira para fundamentar as análises dos indicadores sociais coletados. Tais elementos, quando combinados, revelam as raízes das desigualdades sociais que têm sido impostas, persistentemente, às crianças amazônidas, uma condição de "não lugar social", marcada por violações e não garantia de seus direitos fundamentais. Assim, os indicadores sociais utilizados na análise são: Pobreza e extrema pobreza, Cor/Raça, abandono escolar, saneamento básico, taxa de mortalidade infantil e violência sexual. Priorizou-se a seleção de dados referente aos anos de 2011 e 2022, para identificar se houve avanços ou retrocessos nas condições de vida das crianças amazônidas no período de 11 anos. Tais indicadores foram coletados de instituições e plataformas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Abrinq e Instituto Trata Brasil, entre outros.

Além disso, a presente pesquisa incluiu o estado do Maranhão no levantamento e análise de dados, mesmo que apenas parte de seu território integre a Amazônia Legal. Esta, que por sua vez, é composta por sete estados da região Norte (Pará, Amapá, Amazonas, Tocantins, Acre, Rondônia e Roraima) e um estado da região Centro-Oeste, o Mato Grosso (Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008).

Ressalta-se, ainda, que o esforço aplicado aqui de evidenciar sob quais condições de vida as crianças e adolescentes da Amazônia tem vivido, perpassa não somente pela preocupação de adensar as discussões sobre geração dentro do Serviço Social, mas, também, pelo entendimento de que o conhecimento da realidade em suas diversas particularidades, contribui para a natureza e qualidade das políticas públicas destinadas ao atendimento dos direitos sociais dessa população na região e fora dela, uma vez que as questões aqui

observadas, resguardam, também, um caráter universal intrinsecamente ligado ao modo de produção e à sociabilidade capitalista. Ademais, a construção de uma outra sociabilidade, pautada na emancipação humana, pressupõe pensar em todos os sujeitos oprimidos, dentre os quais: crianças e adolescentes.

Infância e Adolescência na Amazônia: o que apontam os indicadores sociais?

A Amazônia possui vasta diversidade cultural, econômica, social e ambiental, atribuindo a esse território e seus habitantes, características singulares e heterogêneas. Entretanto, a diversidade presente neste território é, historicamente, utilizada como forma de inferiorizar e firmar uma posição de subserviência dessa terra e de sua população ao domínio externo (internacional e nacional), especialmente por meio de políticas e práticas que reforçam a exploração de seus recursos naturais e a marginalização de suas populações tradicionais.

É em decorrência disso que Loureiro (2002) caracteriza a história do território como trajetória de perdas e danos, que ao se afastar da "cultura ocidental, supostamente universal e superior" (Castro; Campos, 2015, p. 17) torna-se alvo de diversas violências e violações, próprias da chamada "acumulação primitiva do capital", que se utiliza da terra para o estabelecimento dos meios de produção, ocasionando expropriação e concentração de riqueza na mão de poucos (Cruz, 2016).

Assim, desde a chegada dos primeiros colonizadores, no século XVI, que vieram em busca de explorar as riquezas dessa terra, a história da Amazônia tem sido permeada por cenários de conflitos, desterritorialização, exploração dos recursos naturais e extermínio e exploração da mão de obra de populações tradicionais (Castro; Campos, 2015). Esse cenário de desproteção e espoliação, segundo Andrade (2021), não era restrito aos adultos, visto que as crianças indígenas e filhas de pessoas escravizadas eram comercializadas, abusadas e postas em trabalhos pesados. Para Scarano (2010 apud Andrade, 2021) esse panorama revela a desvalorização da vida infantil e a visão da criança enquanto propriedade.

É nesse primeiro projeto de ocupação colonial pelo qual a Amazônia passa, que a perspectiva etnocêntrica e eurocêntrica trata de fundamentar uma série de imagens estereotipadas sobre o território e seus habitantes, que seriam, então, vistos como pessoas inferiores, inconstantes e preguiçosas, em decorrência de suas particularidades culturais, sociais e singularidades regionais (Andrade; Reis; Alves, 2019). Essa narrativa serviu para legitimar a dominação colonial e justificar as práticas exploratórias (Ramos, 2004), além de consolidar uma perspectiva sobre a Amazônia e seus habitantes que viria não somente ser aceita pelo estrangeiro, mas também dentro do Brasil.

Esse cenário de violações e preconceitos segue durante os séculos seguintes da formação sócio-histórica da Amazônia, intensificando-se a partir do século XX, quando, já sob domínio do Governo brasileiro, a região torna-se alvo do projeto desenvolvimentista

nacionalista, que visava incorporar medidas de ocupação para integrá-la às demais regiões do país e ao mercado mundial (Araujo, 2015).

As medidas desenvolvimentistas adotadas foram tornando o processo de ocupação intenso e acelerado, e consistiram na apropriação de terras, garimpagem e exploração dos recursos naturais, contando, também, com instalações de projetos multinacionais (Costa, 1997). Todo esse processo, ao seguir a lógica de expansão capitalista que prioriza os interesses do mercado em detrimento do bem-estar da população (Andrade, 2021) e desconsidera os impactos ambientais e sociais que podem desencadear (Mello; Feitosa, 2020), culminou no aprofundamento das disparidades sociais e na transformação do modo de vida dos moradores da região, principalmente das populações indígenas e ribeirinhas (Maciel; Lamarão, 2011).

Os rebatimentos de todo esse cenário ainda estão presentes na conjuntura atual, quando se observa a continua apropriação de terra na Amazônia, garimpagem, exploração de madeiras, contaminação de recursos hídricos, genocídio, exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, trabalho infantojuvenil, dentre tantas outras expressões do que chamamos de "questão social" (Nascimento; Sá, 2021; Maciel; Lamarão, 2011).

O processo complexo de expropriação e espoliação aos quais a Amazônia vem, ao longo dos séculos, sendo submetida é resultante da ação ou omissão da elite regional que, diretamente associada a interesses externos provoca a "separação" entre o indivíduo e suas capacidades próprias de produção e tem promovido uma suposta modernização da região, basicamente com interesses de garantir acumulação do capital (Nascimento; Sá, 2021). Há de se ressaltar também, que estas transformações se manifestam com maior ou menor intensidade, em um conjunto de fenômenos como a transformação e mudanças na estrutura produtiva, genocídio dos povos indígenas, na desigualdade entre homens e mulheres e, também, mudanças da família, impactando diretamente a realidade social de crianças e adolescentes.

Além disso, nos últimos anos, tem-se observado que o Brasil tem sido alvo da ofensiva do capital, através do cerceamento aos direitos adquiridos pela sociedade, redução do Estado, fragmentação das políticas sociais e ameaças da extrema-direita que, além de defender o ultra neoliberalismo, apresenta características neofascistas que vão de encontro à democracia vivenciada pelo país e isso tudo gerou repercussões cruéis na Amazônia, bem como, ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes aqui viventes.

Dados recentes divulgados pela Fundação Abrinq (2022), com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que a Amazônia é o território brasileiro com a maior proporção da população infantojuvenil, pois enquanto esse segmento representa 33,1% da população total do Brasil, a Amazônia apresenta taxa acima da média nacional, com 40,5%. Diante disso, poderia se imaginar que em decorrência desse fator as políticas voltadas para infância na Amazônia possuem atenção dentro das agendas nacionais e locais. Contudo, o que se observa é que o financiamento dedicado

para a garantia dos direitos sociais voltados para esse segmento social não corresponde ao quantitativo que atenderiam suas necessidades humano-sociais.

Essa dinâmica é explicada por Pinto e Sarmento (1997) como sendo uma tendência paradoxal adotada por países ocidentais em relação a este indicador demográfico, que consiste em valorizar as crianças quando elas existem em menor número. Seguindo essa lógica, ao valorizar crianças que estão em menor proporção em uma determinada região, corre-se o risco de negligenciar as necessidades das crianças que vivem em áreas onde a proporção é alta, como no caso da Amazônia.

Essa tendência paradoxal mencionada por Pinto e Sarmento (1997) é algo que se mostra em vigor no Brasil, considerando que, segundo dados analisados/elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), com base nos dados divulgados em 2022 pelo IBGE, a Amazônia é um dos territórios brasileiros que concentra as maiores taxas de pobreza e extrema pobreza do país. Em ambos os indicadores, a Amazônia vai apresentar percentuais acima da média nacional, com 44,9% de seu contingente populacional vivendo na pobreza, e 9,5% na extrema pobreza, contrastando com a média nacional de 33,0% e 6,4%, respectivamente (IJSN, 2022). Além disso, os dados revelam que a pobreza e a extrema pobreza não estão distribuídas equilibradamente entre as regiões do Brasil, pois as taxas mais elevadas são observadas na Amazônia, no Norte e Nordeste, enquanto as regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul possuem índices mais baixos (IJSN, 2022), revelando que "a pobreza é expressão direta das relações vigentes na sociedade, relações extremamente desiguais, em que convivem acumulação e miséria" (Yazbek, 2010, p. 153).

Além da Amazônia possuir o maior quantitativo populacional infantojuvenil, a região também destaca-se por sua diversidade étnico-racial, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1. Proporção de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça – Brasil, região amazônica e estados da Amazônia Legal brasileira, 2022

Local	Proporção de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça (%)				
	Branca	Preta	Parda	Indígena	Amarela
Brasil	41,3	8,0	49,4	0,9	0,3
Reg. Amazônica	22,1	6,9	67,3	3,6	0,1
Pará	20,0	7,1	71,6	1,3	0,1
Amapá	23,7	8,9	65,4	1,9	0,1
Roraima	20,1	5,2	54,5	20,1	0,1
Amazonas	18,6	3,1	67,6	10,5	0,1
Acre	23,2	6,1	64,9	5,6	0,2
Rondônia	30,5	5,6	62,0	1,7	0,2
Tocantins	23,3	9,8	64,7	2,0	0,2
Maranhão	20,1	8,9	69,7	1,3	0,1
Mato Grosso	31,4	6,9	58,7	2,8	0,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo demográfico 2022.

De acordo com esses dados, observa-se que a taxa de crianças e adolescentes pardos da região Amazônica chega a 67,3%, seguido de 6,9% pretos e 3,6% indígenas. Enquanto a média brasileira é de 49,4%, 8% e 0,9%, respectivamente (IBGE, 2022). Com relação a etnia indígena, as taxas também se revelam maiores que a média brasileira de 0,9%, chegando a 3,6%. Ao fazer uma análise por estados pertencentes à região Amazônica, verifica-se que a presença de crianças e adolescentes indígenas chega a 20% em Roraima.

Esses dados evidenciam que a Amazônia é uma região majoritariamente habitada por crianças negras e indígenas, levando-nos a contestação de que o território abrange grande diversidade étnico-racial e cultural, fator que deve ser considerado dentro das formulações e implementações de políticas voltadas à infância, pois, segundo Oliveira (2015), se a lógica da sociedade atual continuar produzindo direitos com base em uma infância idealizada, construída a partir de uma perspectiva colonialista, há o risco, por exemplo, de que crianças e adolescentes indígenas, não se reconheçam nas normas jurídicas destinadas a elas, tendo suas especificidades culturais sistematicamente subjugadas.

Além disso, cabe destacar que os dados despertam a reflexão sobre a relação entre Cor/raça e os altos índices de pobreza e extrema pobreza na região, no qual não é mera coincidência, pois deve-se ponderar que a sociedade capitalista, uma vez que se constrói a partir de uma lógica escravista, enraíza desigualdades que se baseiam na hierarquia racial e na cor da pele (Schwarcz, 2019 apud Guimarães, 2023). Como reflexo disso, tem-se uma sociedade impactada diretamente pelo racismo estrutural, que de acordo com Almeida (2018), é um fenômeno que se manifesta nas políticas, práticas e normas sociais, privilegiando um grupo racial sobre outro. Tal fenômeno vai atravessar as vivências das crianças e adolescentes amazônidas na medida em que a região vai acumular indicadores sociais preocupantes em relação à educação, saúde e proteção.

A junção desses fatores, por sua vez, converte-se em um cenário preocupante em relação à mortalidade infantil na região, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 2. Taxa de mortalidade na infância (para cada mil nascidos vivos) – Brasil e Grandes Regiões, 2022

LOCAL	Taxa de Mortalidade na Infância (para cada mil nascidos vivos)
Brasil	15,0
Norte	18,5
Nordeste	16,7
Centro-Oeste	15,3
Sudeste	13,8
Sul	12,1

Fonte: Elaborado pela Fundação Abrinq com base nos dados do Ministério da Saúde (MS) e Sistema Nacional de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

Os dados apresentados mostram um cenário preocupante em relação à mortalidade infantil na região Norte, pois a região vai acumular não somente taxas superiores à média nacional de 15%, como também vai ultrapassar as demais regiões do país, que apresentam as seguintes taxas: NE: 16,5; CO: 15,3; SE: 13,8; S: 12,1.

Esses números podem ser compreendidos à luz dos dados sobre a população pobre e em extrema pobreza, anteriormente citados, pois ele indica que uma proporção significativa da população desse território enfrenta condições adversas para sua sobrevivência. Logo, em um contexto em que as famílias não possuem condições mínimas para viver de maneira digna e saudável devido à falta de recursos, as crianças da região ficam expostas a diversos riscos, incluindo a redução da expectativa de vida. Assim, as taxas apresentadas sobre a mortalidade na infância revelam que essa região possui condições mínimas de vida e saúde.

Sobre isso, para verificar em que medida o acesso a saúde das crianças e adolescentes da Amazônia tem sido garantido, consideramos o indicador abaixo:

Tabela 3. Parcela da população sem acesso à água e coleta de esgoto – Brasil e estados da Amazônia Legal brasileira, 2011 e 2022

Local	Parcela da população sem acesso à Água (%)		Parcela da população sem coleta de esgoto (%)	
	2011	2022	2011	2022
Brasil	17,4	15,8	52,6	44,5
Pará	58,0	48,9	97,0	91,5
Amapá	62,4	53,1	95,8	94,6
Roraima	19,2	20,6	81,5	34,5
Amazonas	20,5	20,4	82,3	85,8
Acre	37,4	52,0	90,1	89,5
Rondônia	58,3	44,1	96,6	91,1
Tocantins	26,7	5,9	87,0	64,2
Maranhão	49,6	43,4	90,2	87,3
Mato Grosso	14,8	16,1	80,3	61,2

Fonte: Instituto Trata Brasil com base nos dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS).

Identifica-se nos dados que crianças, adolescentes e suas famílias têm vivido em condições inadequadas de saneamento. As taxas referentes ao não acesso de água, apontam que em 2011 o porcentual da população brasileira sem acesso à água era de 17,4%, caindo em 2022 para 15,8%. À primeira vista, a taxa brasileira não demonstra dados alarmantes, mas ao se analisar os dados por estado pertencentes ao território Amazônico, verifica-se que há um contingente alto sem acesso à água nessa região, principalmente nos estados do Amapá e Pará, que apresentam desde 2011 taxas acima da média nacional, chegando a taxas de 53,1% e 48,9% em 2022.

Em relação à população sem coleta de esgoto, os dados apresentados são inquietantes no que concerne à Amazônia Legal, pois enquanto a taxa brasileira de pessoas sem acesso à coleta de esgoto em 2022 é de 44,5%, os estados da região Amazônica apresentam taxas acima de 80%. Em linhas gerais, verifica-se que essa região historicamente detém baixos níveis de acesso à coleta de esgoto, visto que em 2011, por exemplo, enquanto a média nacional de pessoas sem acesso a esse serviço era de 52,6%, no estado do Pará, Amapá e Rondônia, os percentuais eram de 97,0%, 95,8% e 96,6%, respectivamente.

Nesse aspecto, é interessante observar que mesmo que ao longo dos anos essas taxas estejam apresentando quedas, a quantidade de pessoas sem acesso adequado ao serviço de saneamento são preocupantes, pois nota-se que avançar na questão do saneamento básico da região tem sido um desafio que incide diretamente sobre a qualidade de vida da população infantojuvenil da Amazônia, que, nesse processo, tem se desenvolvido em condições precárias e de violação de direitos, pois tal privação ocasiona problemas de saúde, e diversos outros impactos sociais, econômicos e ambientais (Leivas *et al.*, 2015).

Outra problemática existente na região e que incide diretamente no desenvolvimento da população infantojuvenil amazônida, além de apontar para um quadro de negação de direitos, é a questão educacional.

Tabela 4. Taxa de abandono escolar no ensino fundamental e médio segundo dependência administrativa – Brasil e grandes regiões, 2011 e 2022.

Local	Taxa de abandono E. fundamental (%)		Taxa de abandono E. médio (%)	
	2011	2022	2011	2022
Brasil	2,8	1,1	9,5	5,7
Norte	4,6	2,4	13,9	8,8
Nordeste	4,6	1,7	13,3	6,7
Sudeste	1,4	0,7	6,8	4,4
Sul	1,5	0,6	7,9	6,0
Centro-Oeste	2	0,5	8,6	4,5

Fonte: Fundação Abrinq.

Ao observarmos o indicador de abandono escolar (ensino fundamental e ensino médio) percebe-se que há uma tendência histórica que liga as maiores taxas do país à Amazônia. Por exemplo, em 2011, a taxa de abandono escolar no ensino fundamental na região norte foi de 4,6%, enquanto a média nacional era de 2,8%. Em 2022, essas taxas caem, entretanto, observou-se que a região norte seguiu liderando os índices de abandono escolar, pois o abandono escolar no ensino fundamental nessa região apresentou a taxa de 2,4%, enquanto regiões como Centro-Oeste e Sul apresentavam, respectivamente, 0,5% e 0,6%. Além disso, é importante destacar que o abandono escolar apresenta taxas ainda

mais preocupantes quando se trata do ensino médio, que em 2022 chegou a 8,8%, enquanto a média brasileira era de 5,7%.

Nesse sentido, observa-se que a disparidade regional provoca entraves no desenvolvimento educacional do país, pois há uma tendência governamental de destinar mais verbas para outras regiões brasileiras comparado às regiões que contempla o território amazônico, fazendo com que a educação dessa localidade seja defasada (Silva *et al.*, 2022).

Assim, verifica-se que apesar do acesso à educação de qualidade ser assegurado como um direito de todo cidadão pela Constituição do país e reforçado como direito da população infantojuvenil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca), a realidade enfrentada pelas crianças na região amazônica expõe a persistência da violação desse direito, desencadeando, ainda, diversos outros fenômenos negativos, como o analfabetismo, a distorção idade-série, o trabalho infantil, entre outros.

Considerando os dados expostos até aqui, confirma-se que a região Amazônica é uma das regiões do país em que a população mais enfrenta em seu cotidiano desafios para viver com dignidade, sobretudo por terem acesso desigual a serviços e políticas públicas, bem como a disparidade de acesso à renda. Essa realidade coloca os habitantes da região em uma posição de vulnerabilidade socioeconômica, atingindo ferozmente a realidade das crianças da região, que além de terem seus direitos negligenciados, ficam expostas a um cenário de desproteção, tornando-as alvo de diversas formas de violência, incluindo a violência sexual, como observa-se na tabela abaixo:

Tabela 5 . Número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, segundo UF de ocorrência – Brasil e estados da Amazônia legal brasileira, 2011 e 2022

Local	Número de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos	
	2011	2022
Brasil	12.746	43.879
Região Amazônica	3.207	8.472
Pará	1.140	2.978
Amapá	100	241
Roraima	129	390
Amazonas	882	1.938
Acre	269	438
Rondônia	43	216
Tocantins	100	724
Maranhão	265	811
Mato Grosso	279	736

Fonte: Elaborado pela Fundação Abrinq com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

Considerando a tabela acima, identifica-se que a violência sexual é um fenômeno latente na realidade social das crianças e adolescentes da região, pois, ao observar os números de casos registrados de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, em 2011, na Amazônia Legal brasileira, infere-se que dos 12.746 casos registrados no Brasil, 25% referem-se à violência sexual sofrida por crianças da região Amazônica. De 2011 para 2022 esse porcentual caiu para 19%.

Chama atenção nos dados o fato dos maiores registros, dentro do território Amazônico, concentrarem-se no estado do Amazonas e Pará. Em 2011, por exemplo, o Pará registrou 1.140 casos de violência sexual, o que significa que 35,5% da sua população infantojuvenil havia sofrido tal violação, no Amazonas a porcentagem era de 27%. Em 2022, esse percentual passa a ser, respectivamente, 35% e 22%, revelando que, durante esse período de onze anos, o Pará não conseguiu reduzir de forma significativa os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Esse dado relativo ao Pará pode ser atribuído à desproteção social enfrentada pelas crianças em territórios mais remotos desse estado, como nos arquipélagos do Marajó, onde, segundo Américo (2020), é um território marcado pela desigualdade, pelo descaso das autoridades públicas e pela persistência de práticas clientelistas e coronelistas por parte das administrações municipais responsáveis pelas políticas sociais, fatores que se colocam como empecilho para estabelecer uma cultura de direitos e para a garantia de proteção na infância e da adolescência.

Em conjunto, esses indicadores apontam a Amazônia Legal Brasileira como o território em que crianças e adolescentes têm mais direitos violados, sendo necessárias respostas urgentes e estruturantes para reverter esse quadro, tendo em vista que, historicamente a Amazônia tem sido alvo de um modelo de desenvolvimento regional conduzido pelo Estado brasileiro com a chamada ocupação predatória, que desestrutura a economia, a vida e a cultura da população local (Nascimento; Sá, 2021).

Destaca-se também que, mesmo que se possa observar nos dados apresentados avanços em alguns indicadores sociais, ainda sim, vê-se fortes disparidades entre as regiões do País, evidenciando com clareza a presença do preconceito presente nas estruturas políticas, que não tem se aproximado da realidade local para elaborar intervenções mais efetivas que reconhece a heterogeneidade do território, sua história, identidade e particularidades.

Considerações Finais

Ao objetivar conhecer as condições de vida de crianças e adolescentes amazônidas, deve-se considerar que as vivências desse grupo geracional são permeadas por singularidades decorrentes da diversidade de grupos sociais e dos territórios aos quais são pertencentes. Trata-se de um grupo etário heterogêneo, que historicamente enfrenta entraves na garantia dos seus direitos fundamentais de proteção, provisão e participação.

A partir dos indicadores sociais aqui analisados, identifica-se, então, que a região Amazônica acumula índices que apontam a violação sistemática de direitos de crianças e adolescentes, que em meio a um cenário de exploração, violência e violações têm se desenvolvido sob condições de opressão, indignidade e desterritorialização, processos diretamente relacionados à acumulação primitiva do capital na região.

Além disso, ressalta-se que mesmo quando considerados sujeitos de direito, que ocupam, em tese, lugar de prioridade dentro das agendas políticas, vê-se que há uma profunda desconexão entre as legislações voltadas para a infância e adolescência e sua efetiva implementação na Amazônia. Em parte, isso se deve ao fato das políticas públicas, voltadas para a população infantojuvenil da região, serem enraizadas em lógicas racistas, classistas e adultocêntricas, que ao não considerar as especificidades do território, têm ações menos efetivas. Este cenário guarda ainda relação estreita com o avanço do ultraneoliberalismo e a crueldade com a qual o Estado se afasta da satisfação das necessidades humano-sociais.

Portanto, conclui-se que a infância amazônida é singular, mas que ainda se expressa por meio de determinantes universais que a tornam uma categoria social complexa, profundamente influenciada pela história e pela estrutura social vigente, necessitando, portanto, de uma abordagem crítica e dialética para compreender plenamente suas nuances e desafios, para que assim se possa intervir e encontrar respostas eficazes para as diversas realidades presentes nesse vasto território.

Contribuições dos/as autores/as: Todas as autoras participaram da elaboração, desenvolvimento e revisão do artigo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Bolsa de inciação cientifica da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP/UFPA).

Aprovação por Comitê de Ética: o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPA concedeu parecer favorável no dia 14 de setembro de 2024.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; OLIVEIRA, F. *A Sociologia da Infância no Brasi*l: uma área em construção. Revista Educação. Santa Maria, vol. 1, n. 1, p. 39-52, 2010.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* 1. ed. São Paulo: Letramento, 2018.

AMÉRICO, M. *Trabalho infantil*: estudo das particularidades e contradições nos rios do Marajó/PA. O Social em Questão: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. vol. 23, núm. 46, 2020.

ANDRADE, S. S. *A Infância na Amazônia brasileira*: história e resistência de Crianças, do Brasil colônia à contemporaneidade. *In:* Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação, 4. Criciúma, SC: UNESC, 2021. Disponível em: https://www.unesc.net/files/editor/files/GTs%20APROVADOS.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

ANDRADE, S. S; REIS, M.; ALVES, L. M. S. A. O lugar social da criança ribeirinha da Amazônia Marajoara. *In:* MACHADO, M. I. (Org.). *A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento Humano 2.* Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

ARAUJO, R. S. *O discurso da política desenvolvimentista no Brasil sob a prevalência do capital*: o caso da UHE de Belo Monte. *In:* Jornada Internacional de Políticas Públicas, 17, 2015, Maranhão. Anais[...] Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2015. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/o-discurso-da-politica-desenvolvimentista-no-brasil-sob-a-prevalencia-do-capital-o-caso-da-uhe-belomonte.pdf. Acesso em: 05 jun. 2024.

BANNERJI, H. Construindo a partir de Marx: reflexões sobre "raça", gênero e classe. *Rev. Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 13, N. 3, 2022, p. 2079-2101. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/63501/41112. Acesso em: 20 jan. 2025.

CASTRO, E. R.; CAMPOS, I. *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015.

COSTA, W. M. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. 7ª ED. São Paulo: Contexto, 1997. p. 83.

CRUZ, A. C. S. A chamada acumulação primitiva. *Germinal:* Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 8, n. 2, p. 197-200, dez. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/pinfa/Downloads/20519-Texto%20do%20artigo%20ou%20resenha-69971-1-10-20161219.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Observatório da Criança e do Adolescente*, 2022. Disponível em: https://observatoriocrianca.org.br/. Acesso em: 15 jan. 2022.

GUIMARÃES, J. T. S. A história das infâncias negras: descolonizando os direitos de crianças da Amazônia. *Revista de Educação Interritórios*, v.9, n. 18, 2023. DOI: https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.258997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Pobreza e miséria nos estados brasileiros 2022*. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/sumarios/IJSN_Especial_Pobreza_Estados_Brasileiros_2022.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Painel de saneamento*. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=12. Acesso em: 15 jan. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *O que é? Amazônia legal*. Desafios do desenvolvimento, ed. 44, n. 5, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20%C3%A9%20uma,5%2C0%20milh%C3%B5es%20de%20km%C2%B2. Acesso em: 15 dez. 2024.

LEIVAS, P. H. S.; SANTOS, A. M. A.; GONÇALVES, R. R.; SOUZA, O. T. *Sustentabilidade, saneamento e saúde infantil no Brasil*: uma análise a partir de macro e microdados. *In:* Anais do XVIII Encontro de Economia da Região Sul - Anpec Sul, 2015.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia*: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados, 16(45), 2002, p. 107-121.

MACIEL, C. A. B; LAMARÃO, M. L. N. *Indicadores sobre crianças e adolescentes na região Amazônica*. Belém, 2011.

MARTINS, J. S. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. *In:* MARTINS, J. S. *Massacre dos Inocentes:* a Criança sem Infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. *Grundrisse, manuscritos econômicos de 1857-1858*: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MELLO, A. H.; FEITOSA, N. K. *Dinâmicas da ocupação territorial na Amazônia*: Reflexões sobre os impactos socioambientais pós-pandemia decorrentes do desmatamento. Unifesspa: Painel Reflexão em tempo de crise, v. 15, 2020.

NASCIMENTO, N. S. F.; DE SÁ, M. E. R. Da Acumulação Primitiva à Moderna Expropriação na Amazônia Paraense: reflexões à luz da teoria crítica. *Germinal:* Marxismo e educação em debate. Vol. 13, n. 2, 2021, p. 381–393.

OLIVEIRA, A. C. Desafio para inclusão dos indígenas nos direitos das crianças. *In: Direitos de Crianças e Adolescentes na Amazônia*: Referências para a formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos e outros atores do Sistema de Garantia/ 1ª ed. Belém: Editora gráfica UFPA, 2015.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J (Coord.). *As crianças*: Contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1997.

PROUT, A. Reconsiderando a Nova Sociologia da Infância. *Cadernos de Pesquisa.* Vol. 40, n. 141, 2010, p. 729-750.

QUINTEIRO, J. Sobre a Emergência de uma Sociologia da Infância: contribuições para o debate. *Revista* Perspectiva. Vol. 20, 2002, p. 137-162.

RAMOS, A. R. F. A escravidão do indígena: entre o mito e novas perspectivas de debates. Brasília: *Revista de Estudos e Pesquisas,* FUNAI, v.1, n.1, jul. 2004, p.241-265.

SARMENTO, M. J. Sociologia da Infância: correntes e confluências. *In:* SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. de. (Orgs.*). Estudos da Infância: educação e práticas sociais.* Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-39.

SILVA, K. R; SILVINO, J. S; VIEIRA, A. J. R. *Inclusão socioeducacional:* a educação ribeirinha como lócus de pesquisa. *In:* Anais VIII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88312. Acesso em: 28 mar. 2024.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul./dez. 2010.